

«Portugal na Balança da Europa»

Um roteiro de mareante

José Esteves Pereira

NO MAR AGITADO DE 1825 A 1832, BEM NECESSÁRIO era o roteiro¹ que o redactor do *Chaveco Liberal* começou por criar para si, em meditação mais pessoal, e depois ofereceu como advertência ao naufrágio da pátria, tendo por horizonte a situação limite da nunca totalmente impossível integração na Espanha. «*Talvez uma federação...*», atreve-se a escrever². Mas não me parece necessário insistir muito neste ponto mesmo porque, no limiar da conclusão do livro, Almeida Garrett, suspende, sem mais, a reflexão sobre o assunto. Havia tábuas de salvação mais seguras.

Portugal na Balança da Europa; do que tem sido, e do que ora lhe convém ser na nova ordem de coisas do mundo civilizado é o título da obra anónima impressa em Londres, em 1830 (8^ogr., de xv-339 páginas). O conceito de civilização de que o escritor se serve e que acompanha a avaliação da nova ordem de coisas ocorrentes na Europa e nas Américas, com especiais implicações para Portugal, é fundamental para compreendermos motivações marcadas, de modo deliberado e necessário, pelo circunstancial. Não se deve esquecer, todavia, que as análises de Garrett pressupõem, sempre, o acompanhamento da Providência e a predisposição expiatória dos povos como lhe parecia acontecer, então, com o castigo infligido pela ilegitimidade do governo contra-revolucionário de D. Miguel³.

Salvaguardado este pressuposto de transcendência, há um uso efectivo da ideia de civilização para a compreensão de temas sobre a liberdade, a legitimidade, a justiça, a democracia ou, em definida contraposição, quando surge com particular insistência a figura de oligarquia ou a «compressão oligárquica», englobando, em tal designação, a intervenção de forças alheias à plena liberdade de representação dos povos. A compressão oligárquica significa que Garrett não esquece a nefasta política de gabinete e a ingerência abusiva de potências estrangeiras, coligadas ou não, na vida dos povos.

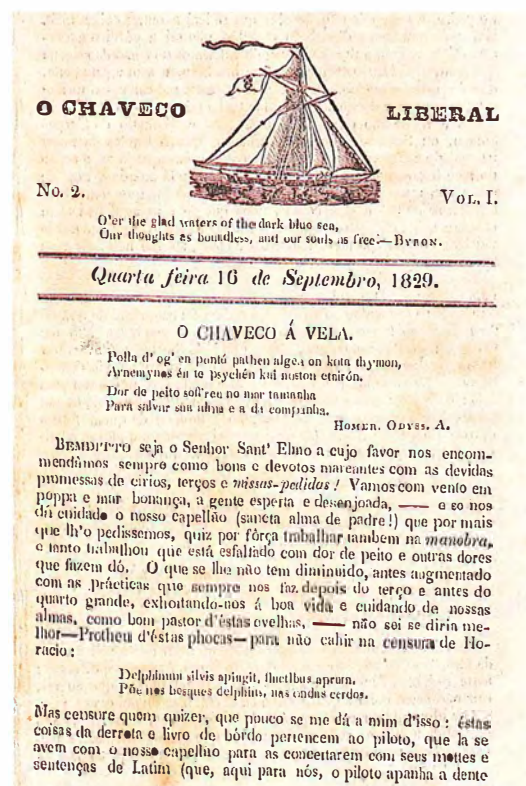
Almeida Garrett não queria obviamente fazer uma dissertação académica sobre a liberdade quando deu a conhecer nas páginas de *O Português*, ou de *O Cronista*, pontos de vista e alvitre depois organizados em livro. As agruras do exílio quase permanente, desde 1823, a tomada do poder por D. Miguel, em 1828, e o clima de violência, de perseguições, de que se ia tendo conhecimento, a incerteza sobre o triunfo da causa liberal cujo apoio territorial se reduzia à ilha Terceira, transmitem-nos a dureza e o drama de uma situação. Garrett não cedeu ao imediatismo das Observações, das Considerações, dos Pareceres, das polémicas, por vezes bem fastidiosas que, sobre as medidas a tomar para repor a legitimidade, mobilizaram a pena dos emigrados⁴. Esse lado de aconselhamento está também presente, marcado pela atenção prestada à marcha dos assuntos políticos que eventualmente permitissem prever soluções para a crise que se arrastava desde a morte de D. João VI, da abdicação de D. Pedro em D. Maria da Glória na sequência da outorga da Carta Constitucional de 1826, no juramento do texto constitucional por D. Miguel, a quem o irmão confiara a regência do Reino, até ao momento em que, regressado de Viena de Áustria, toma o poder, dissolve as cortes e se assume como Rei Absoluto.

Em *Portugal na Balança da Europa* desenvolve-se, por um lado, um conjunto de argumentações históricas e teóricas que não interessam apenas à história política. Torna-se fundamental, por outro lado, fazer uma visita a um discurso que não é já o do Alceu de 20, que declamara assim:

*Tu, do nosso horizonte as densas trevas,
O enevoadado manto
Tu da hipocrisia vil, do fanatismo,
Da tirania aossas;
Tu nos franqueias da existência e gozo
As ferrolhadas portas,
Que o sacrário das leis da Natureza*

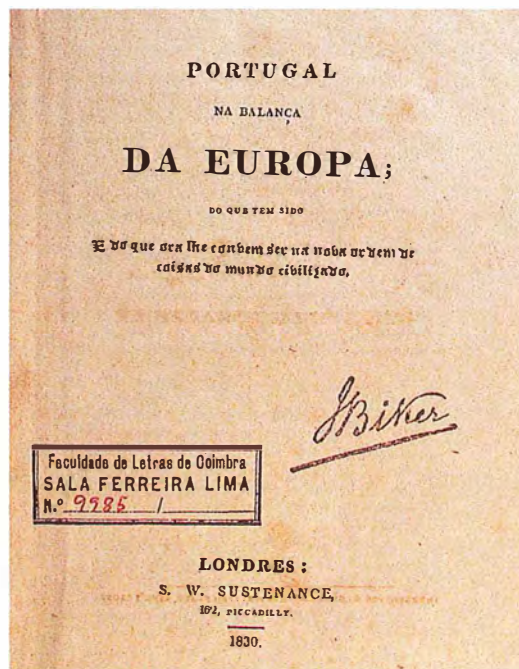
*Árduas até aqui fechavam
nos abres em par. Homens já somos.*

Sem quebra de entusiasmo, o certo é que, primeiro a prisão, depois o caminho forçado do exílio e sobretudo a abertura de horizontes mentais puseram, certamente, a Almeida Garrett, muitas questões que transparecem em *Portugal na Balança da Europa*, texto que é contemporâneo, na sua elaboração mais antiga, de *Camões*, ou do *Bosquejo da História da Língua Portuguesa*. O sentimento de saudade ou a afirmação cultural pátria não esquecem, contudo, uma meditação que lembra «a vergonhosa indiferença em que, por desmoralizados e corruptos, os Portugueses caíram e não ousam levantar-se»⁵. Tendo como pano de fundo as vicissitudes da experiência política do ciclo vintista (Agosto de 1820 – Maio de 1823), não



é a impreparação dos povos para a liberdade, tese defendida por muitos, que justifica, para Garrett, o insucesso da primeira tentativa revolucionária liberal. A ideia de liberdade está radicada quer numa disposição natural para ser livre quer através da afirmação histórica da «classe média» que se veio a tornar «única influente» no actual estado dos povos do Ocidente europeu⁶, embora, como veremos um pouco à frente, a harmonização política e social tenha que integrar, necessariamente, o «elemento aristocrático» dentro de princípios de uma efectiva legitimidade.

A afirmação convicta, por parte de Garrett, da ideologia liberal pôde efectivamente ser vista como expressão de um «destino geral da humanidade», malgrado a ocorrência de crises, como lembrava Guizot na primeira lição do seu curso de história da civilização da Europa⁷. É justamente a partir de uma análise de crise que Garrett, por seu turno, percebe uma antevista superação, ganhando essa expectativa significado especial para a realidade portuguesa. É necessário recordar que o texto de Garrett, iniciado em 1825, fica concluído depois da Revolução de Julho de 1830 em França e da ascensão ao trono de Luís Filipe de Orleães, momento em que era já possível esperar uma alteração substancial na correlação de forças na Europa, para expulsar D. Miguel do trono português. Não me posso alongar, compreensivelmente, nas análises políticas recorrentes que o escritor vai fazendo, mas, para compreender o próprio sentido valorativo que empresta aos seus comentários, torna-se necessário reiterar que *civilização* é, efectivamente, a ideia reguladora do seu discurso, a par do conceito de liberdade e de uma prática cristã. Em relação ao cristianismo – não se deve esquecer a presença de Chateaubriand nas leituras de Garrett – distingue o poeta português o espírito que permanece, do proselitismo inconsequente adstrito à prática responsabilizando a Igreja pela impiedade céptica, pelo filosofismo e pelo ateísmo⁸.



Portugal na Balança da Europa; o que tem sido e do que lhe convém ser na nova ordem de coisas do mundo civilizado. Londres, S. W. Sustenance, 1830. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Fotografia de Isabel Rochinha.

Retomando o tema da liberdade importa atender, desde logo, ao elogio da Revolução americana. Garrett, leitor atento de Thomas Payne, contrapõe através de um diferencial paradigmático, a menor concretização de liberdades da Revolução Francesa, o espírito liberal da Holanda, o sistema federativo suíço ou, ainda, os vislumbres do que intitula a «Grécia republicana»⁹, o sucesso político da antiga colónia britânica. O êxito da estruturação liberal na América Setentrional parece decorrer do facto de, «*quebrado o jugo do governo opressor*», ter sido possível «*um pacto que não fosse oneroso para os governados, e segurasse suficiente força aos governantes*»¹⁰. A revolução americana torna-se, de facto, paradigma recorrente não só enquanto forma política, mas também enquanto referência para as vicissitudes da afirmação liberal. Na análise que faz da Europa do segundo quartel do século XIX, depois de passar em revista a situação da França, dos Países Bai-

D. Miguel I num retrato de João Baptista Ribeiro.
Museu Nacional Soares dos Reis, Porto.
Fotografia de José Pessoa / Divisão de Informação
Fotográfica – Instituto Português de Museus.





«En derta glória só fico contente, /
Que a liberdade dei à minha gente».

Gravura alusiva à Carta Constitucional, outorgada por D. Pedro IV em 1826, e à sua abdicação ao trono em favor da filha, D. Maria II. Biblioteca Nacional, Lisboa (inv. E 190 A).

xos, da Inglaterra, da Confederação Germânica, da Prússia, da Dinamarca, da Suécia, da Rússia, da Áustria, da Itália, da Grécia, da Espanha e de Portugal, constata muito simplesmente:

«Estranha a todas estas convulsões, forte por sua poderosa liga, a república dos Estados Unidos da América do Norte olha para as misérias do Velho Mundo, como do alto do Monte Atlas contemplaria o filósofo o terrível choque dos elementos e a revolução da tempestade. Não lhe resta senão crescer e enriquecer, aproveitar das faltas alheias, e receber em seu vasto seio as torrentes de população europeia que a perseguição e estupidez dos governos cisatlânticos continuamente lança de si»¹¹.

Os resultados da Revolução Francesa, que eclode no centro da civilização, forçam Garrett a invocar de novo a revolução americana na medida em que se verificaram persistências de Antigo Regime e fanatismo. Na Europa não seria o génio organizativo a evitar uma liberdade emprazada¹². No entanto, as violentas conquistas napoleónicas permitiram veicular, embora no disfarce das «garras imperiais», a civilização potencialmente libertadora.

É significativa a associação de liberdade e civilização, também no que diz respeito à «revolução» do Brasil¹³. A teoria garrettiana da independência brasileira faz-se por analogia com a influência paradigmática da Revolução Americana em relação à Europa: «As velhas instituições da Europa seguravam ainda por débil fio esta derradeira porção da América mas a Europa tinha recebido da América o exemplo e impulso da liberdade, justa era que lho retribuísse»¹⁴.

Garrett pôde, com discernimento, pela observação, ao vivo, dos resultados políticos, do testemunho dos participantes nos acontecimentos europeus dos trinta e poucos anos que antecederam a sua primeira emigração e tam-

bém pelo estudo, perspectivar a revolução portuguesa de 1820 enquadrando-a sob a designação de «sistema da liberdade meridional». Distinguiu, assim, os acontecimentos de Portugal, da Espanha, da Itália e da Grécia, de carácter moderado, do paradigma francês: «A revolução das duas Penínsulas era moderada e pacífica; a liberdade triunfante propôs aos tiranos condições honrosas; cedeu para que eles cedessem [...] Os tiranos aceitaram com dolo, à palavra perjurar, e valeram-se da mansidão da liberdade para a traírem à falsa fé»¹⁵. É inegável que Garrett prepara através desta caracterização, não só a interpretação da situação circunstancial mais imediata do golpe miguelista, mas também o lugar de destaque em que colocará, mais à frente, a Carta Constitucional de 1826, contrapondo à revolução de iniciativa militar, como aconteceu em 1820, o desinteresse do povo. Todas as limitações que se apontam projectaram-se nas constituições, seja a de Cádiz, de 1812, ou a portuguesa de 1822. Eram *de mais* para um sistema conciliador e moderado e *de menos* para uma reorganização social. As coisas ficaram como estavam: «...em Portugal (o mesmo sucedeu noutros países) a revolução deixou as coisas como as achou, e não mudou senão homens. Se a antiga aristocracia histórica pesava sobre a nação, a nova aristocracia da revolução pesava dobrado»¹⁶. É afinal neste espaço não preenchido que se instala a contra-revolução. «Estará perdida a causa dos povos a causa da civilização?», pergunta Garrett para de imediato responder que não. A atenção prestada às tendências oligárquicas em declínio suscita a afirmação de um novo conceito de realeza e de organização política que sejam expressão e garante de efectiva civilização. A Revolução de Julho de 1830, em França, surge aos olhos de Garrett como a civilização triunfante em Paris que igualmente «trunfará desde o Tejo ao Neva, e desde o Lago Erie ao rio de la Plata». Porém, a

antevista «Santa Aliança dos povos» só é aceitável no plano da legitimidade. A uma pura legitimidade de facto, Garrett quer contrapor a legitimidade como «*princípio fundado na eterna e natural justiça, princípio santo, inviolável, que tanto ligue os povos como os reis*»¹⁷. Mas se a liberdade é condição de civilização, conceito que se reforçaria através da ideia de progresso, implica obviamente que se preste atenção aos meios a utilizar para a sua cabal sustentação.

Garrett não nos podia transmitir, no seu livro, a luta heróica em que tomou parte. Tudo indica que contemplou também, sem rancor, os sacrifícios de todos na guerra civil que terminaria, depois de corrido muito sangue, apenas em 1834, com a Concessão de Évora-Monte. *Portugal na Balança da Europa* pôde ser lido pelo autor, mais tarde, de um modo mais tranquilo (embora não totalmente), depois de restaurada a Carta. Em grande parte, estavam gizadas no texto de 1830, não só as convicções garrettianas, crescentemente moderadas a que aderiu, mas também uma proposta que, no essencial, era a interpretação mais adequada da filosofia do texto constitucional de 1826. Revendo-se na linha de Montesquieu, e de L'Olme, e invocando, ainda, a tradição constitucional histórica inglesa de Blackstone, a constituição que a Portugal pudesse convir era aquela que tomasse «*por base principal a democracia de sua maior e importante população*», embora modificada «*com o elemento aristocrático que, em sua natureza está arreigado, e há-de rematar por fim esse edifício com a coroa a qual forma o vértice da pirâmide, perfeito emblema de uma bem constituída e regular monarquia representativa*»¹⁸. A forma aplicava-se com reservas à Carta Constitucional. Aponto as principais observações. Tendo presente o que acontecera com a dissolução das cortes, por iniciativa arbitrária de D. Miguel em 1828, importava que a possibilidade de dissolução fosse acompanhada da obrigação de a subs-

tituir. Deveria dar-se atenção à defesa da liberdade de imprensa, à valorização do município e à criação de uma guarda nacional. Temas que outros desenvolveriam, por certo, mas não através de um estudo de enquadramento e de perspectivas, com características de arguta análise política; sendo certo que o período de 1828 a 1830, arco temporal em que se inscreve parte da meditação de Garrett, corresponde a um período em que D. Miguel, sem desculpar a odiosa repressão a que deu cobertura, reinou sem obstáculos internos significativos não obstante o pouco apoio da Inglaterra e da França¹⁹.

¹ Almeida Garrett, *Portugal na Balança da Europa*, in *Obras Completas*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1984, vol. V. Na conclusão da obra o autor afirma: «*Aqui rematarei meu discurso: aqui fechorei o memorando político onde há cinco anos tenho consignado, como em roteiro de mareante, os canais e os escolhos que os bordam, os baixios e os fanais que deles avisam. Nem sempre acertaria, mas sempre desejei acertar*» (p. 183).

² *Idem*, *ib.*

³ «*[...] a Providência que regeeste Universo, e que para sua eterna ordem equilibra em toda a parte dela os males com os bens*», *Idem*, p. 8. «*Esse Benefício da Providência foi para ti não duvides, ó Nação Portuguesa, o flagelo da ira de deus que há dois anos te consome: foi D. Miguel que te veio castigar de tua criminoso indiferença e cedo te restituirá ao estado de vigor e energia que só pode comportar o alimento são, sólido e nutriente da liberdade*», *Idem*, *ib.*

⁴ Aponte-se com exemplo dessa literatura a polémica entre Silvestre Pinheiro Ferreira (e Filipe Ferreira de Araújo e Castro) e José Ferreira Borges. Cf. José Esteves Pereira, *Silvestre Pinheiro Ferreira, O seu pensamento político*, Coimbra, Universidade de Coimbra, pp. 110 e ss.; José Henrique Rodrigues Dias, *José Ferreira Borges – Política e Economia*, Lisboa, INIC, 1988, pp. 71 e ss.

⁵ *Portugal...*, p. 7.

⁶ *Idem*, p. 13.

⁷ Guizot, *História da Civilização na Europa*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 2ª edição, 1907, pp. 23-52.

⁸ *Portugal...*, pp. 154-157.

⁹ *Idem*, p. 29.

¹⁰ *Idem*, *ib.*

¹¹ *Idem*, pp. 71-72.

¹² *Idem*, p. 32.

¹³ *Idem*, p. 46.

¹⁴ *Idem*, *ib.*

¹⁵ *Idem*, p. 50.

¹⁶ *Idem*, p. 55.

¹⁷ *Idem*, p. 158.

¹⁸ *Idem*, p. 169.

¹⁹ Cf. Maria Teresa Mónica, *Errâncias Miguelistas (1834-43)*, Lisboa, Edições Cosmos, p. 17.